

### PARTE III.

## CONCLUSÃO

A consciência desempenha um dos papéis mais importantes na filosofia de Leibniz. É a partir dela que o gênero humano pode se desenvolver e se aperfeiçoar, tanto no que diz respeito aos conhecimentos quanto no que diz respeito à moralidade. Por conseguinte, poder-se-ia supor que as percepções inconscientes apresentam-se apenas como um entrave. O inimigo contra o qual a consciência deve se levantar, lutar e vencer. Todavia, apesar dessa suposição não ser inteiramente falsa, não é isso que nos mostrou nossa Dissertação de Mestrado:

#### 1. O conceito de percepção inconsciente e sua definição:

Como dissemos, no Intróito relativo à Primeira Parte deste trabalho, Leibniz não se utiliza do termo ‘percepção inconsciente’. Todavia, ele desenvolve o conceito de percepção inconsciente nos *Novos Ensaios* quando emprega o termo ‘apercepção’ como sinônimo de ‘consciência’, e afirma que as almas humanas têm percepções sem apercepção, quer dizer, percepções sem consciência: “(...) existe uma série de indícios que nos autorizam a crer que existe a todo momento uma infinidade de percepções em nós, porém sem apercepção e sem reflexão” (NE, Pref., p.41). De acordo com isso, consideramos que o emprego do termo ‘percepção inconsciente’ é correto, e tomamo-lo como sinônimo da frase “percepções em nós (...) sem apercepção e sem reflexão”.

No Cap. 1, da Primeira Parte, apresentamos a definição de Leibniz para o conceito de percepção, e distinguimos os seus objetos: percepção é uma ação essencial presente em todas as almas, que nunca deixa de se efetivar; e os objetos percebidos são os entes materiais, as idéias retidas na memória, e as idéias inatas do entendimento puro (este último, percebido apenas pelas almas humanas).

No Cap. 2 mostramos como as percepções do tipo inconsciente devem ser referidas apenas às almas humanas, dado que apenas elas têm consciência e, por isso, pode deixar de tê-la.

Do cap.2 ao Cap.4 analisamos as razões que levam a percepção a ser distinguida em dois tipos, consciente e inconsciente. E concluimos que: 1. a percepção é consciente em relação aos entes materiais, idéias inatas (aplicadas aos nossos pensamentos atuais), e idéias retidas na memória (enquanto lembranças), quando existe *sensação*; e, 2. a percepção é consciente em relação às idéias inatas do

entendimento puro (consideradas em si mesmas), quando existe a *meditação*. Logo, se deixarem de existir, ou não existirem, *sensação e meditação*, o espírito terá apenas percepções inconscientes desses mesmos objetos.

Examinados esses pontos, passamos à análise do que há de comum em todas as percepções inconscientes, e chegamos à conclusão de que por meio delas: o espírito humano **não consegue divisar a existência do objeto percebido**. Desta maneira, pudemos desenvolver uma definição, baseada em nossas análises, do conceito de percepção inconsciente. E definimos: percepção inconsciente é a ação da faculdade de perceber humana que não distingue a existência do objeto percebido.

## 2. As provas *a posteriori* da existência das percepções inconscientes:

Concluída esta análise preliminar, passamos às provas que Leibniz apresenta para demonstrar a existência das percepções inconscientes. Ou melhor, de que existem objetos percebidos inconscientemente pelas almas humanas. E nos colocamos a pergunta: Se não conseguimos divisar a existência do objeto que produz, ou corresponde, a uma percepção inconsciente na alma, como poderemos provar sua existência?. E Leibniz responde: **pelos seus efeitos**. Ou seja, existem “conseqüências certas” que provam de maneira *a posteriori* a existência desses elementos percebidos inconscientemente, ainda que não possamos distinguir a sua existência atual.

No Cap.1, da Parte II, restringimo-nos apenas aos efeitos empíricos, reminiscivos e oníricos que provam a existência das percepções inconscientes. E fizemos desta maneira para não ultrapassarmos os limites estabelecidos por nós em nossas análises específicas, acerca da participação das percepções inconscientes no conhecimento, na moral e na psicologia. Não obstante, ao longo de toda a Dissertação, retomamos o tema das provas *a posteriori* da existência das percepções inconscientes, de maneira que apresentamos essas provas a partir de todos os temas analisados:

i. Pelos efeitos empíricos, mostramos duas provas distintas: a primeira, por meio de percepções claras e confusas, e, a segunda, por meio de uma percepção insensível (ou, meramente confusa).

Na primeira, pelos exemplos da música da orquestra e do bramido do mar, mostramos que o espírito é afetado por inúmeros sons, mas não consegue distinguir a todos no som final que apercebe. Logo, no que diz respeito à audição, é forçoso

concluímos que existem elementos que não estão sendo notados, ou seja, sons inconscientemente percebidos que participam do som final apercebido: “ao passar pela orla do mar e ouvir o estrondo que produz, ouço os ruídos particulares de cada onda de que é composto o ruído total, porém sem discerni-los” (PNG, §13, p.55).

Na segunda, mostramos que se uma pessoa é acordada por um toque ou ruído que atinge seu corpo, é necessário que exista na própria alma algo que corresponda ao toque no corpo e cause o seu despertar, pois não existe afetação do corpo sobre a alma. E como a pessoa estava dormindo, é necessário admitirmos que a percepção da causa de seu despertar tenha sido inconsciente.

ii. Por via dos efeitos do sonho e das lembranças involuntárias, mostramos que devem existir elementos inconscientemente percebidos na alma para que respondam como as causas desses efeitos, pois não notamos a origem de sua formação, e tampouco fomos “nós” (conscientemente) que os formamos.

iii. A própria existência dos conhecimentos humanos, e, principalmente, daqueles relativos às ciências demonstrativas, é uma prova da existência de objetos que estão sendo percebidos inconscientemente por nós, pois os juízos das ciências demonstrativas apresentam um caráter necessário que não pode ser derivado dos exemplos e das induções hauridas de nossas experiências sensíveis.

iv. Da mesma forma, a existência dos sentimentos morais, das normas, das leis e dos princípios da moralidade, também é uma prova da existência de objetos percebidos inconscientemente pela alma, pois nenhum desses elementos pode ser haurido de nossas experiências empíricas. Além disso, Leibniz compreende que a moral também é uma das ciências demonstrativas, de maneira que apresenta juízos de caráter necessário que não podem ser derivados da experiência:

v. Por fim, na psicologia, Leibniz também prova que a identidade pessoal da alma, que se reconhece a **mesma** em todas as modificações de pensamento pelas quais passa, deve ser um efeito de objetos inapercebidos, pois a consciência não pode responder sozinha por esta mesmidade. E a razão disso é o que veremos a seguir no tópico 3: não podemos nos tornar conscientes daquilo de que já somos conscientes. Quer dizer, a consciência não pode se voltar **sobre** aquilo que já traz consigo mesma (não pode realizar autoreferência). Conseqüentemente, ela não pode fazer com que a alma reconheça como o mesmo aquilo que já traz consigo de maneira consciente, e é necessário que exista algo inconscientemente percebido para ser reconhecido desta forma.

### 3. A prova *a priori* da existência das percepções inconscientes:

Além das provas *a posteriori*, Leibniz apresenta uma prova *a priori* para demonstrar a necessidade de existirem percepções inconscientes. É a prova que se segue da petição de princípio relativa ao absurdo da autoreferência da consciência. E o filósofo nos diz: não podemos nos tornar conscientes daquilo de que já somos conscientes, logo, é necessário que existam elementos percebidos inconscientemente pela alma para que a consciência possa operar. Caso contrário, toda máquina perceptual ficaria emperrada, e a alma refletiria sobre suas próprias reflexões, ao infinito:

não é possível que reflitamos sempre expressamente sobre todos os nossos pensamentos; do contrário o espírito refletiria sobre cada reflexão ao infinito, sem jamais poder passar a um novo pensamento. Por exemplo, ao aperceber algum sentimento presente, eu deveria pensar sempre que estou pensando nele, e pensar ainda que penso que estou pensando nele, e assim até o infinito. Ora, é necessário que eu cesse de refletir sobre todas essas reflexões, e que haja, finalmente, algum pensamento que deixemos passar sem pensar nele<sup>65</sup>; do contrário, permaneceríamos sempre fixos na mesma coisa (NE, II.i.§19, pp.93-4).

### 4. O papel das percepções inconscientes na filosofia de Leibniz:

Por meio da prova *a priori* que demonstra a necessidade de existirem as percepções inconscientes, extraímos o papel fundamental que estas percepções desempenham no desenvolvimento da filosofia de Leibniz, a saber: a existência das percepções inconscientes, ou, de elementos inconscientemente percebidos, é a condição necessária para a existência de toda apercepção, i.e., de todas as percepções conscientes, pois, se não existisse o inconscientemente percebido, a alma não poderia se tornar consciente de coisa alguma. Todavia, o inconscientemente percebido não é condição suficiente para que exista a consciência, pois não é o inconscientemente percebido que fundamenta a consciência, mas a faculdade de aperceber. Logo, as percepções inconscientes constituem a condição necessária, mas, não suficiente, para a existência de toda apercepção. E, por conseguinte, a condição necessária e insuficiente para todos os desenvolvimentos cognitivos e morais promovidos pela própria consciência.

### 5. O papel do inconscientemente percebido na filosofia de Leibniz:

Diferentemente da prova *a priori*, que demonstra apenas a necessidade de existirem elementos inconscientemente percebidos, não importando qual sua

natureza, as provas *a posteriori* permitem que Leibniz passe à consideração desses mesmos elementos, buscando compreender sua natureza a partir dos efeitos que produzem.

É quando o inconscientemente percebido ganha um papel fundamental na constituição de seu próprio pensamento. E não erraríamos em dizer que o próprio texto dos *Novos Ensaios* é fruto dessas considerações acerca da natureza do inconscientemente percebido. Ou, pelo menos, muitas das teses apresentadas por Leibniz nesta obra.

Em nosso trabalho, analisamos um número expressivo dessas teses acerca da natureza do inconscientemente percebido, e vimos que elas se inserem em vários temas examinados por Leibniz nos *Novos Ensaios*, a saber: conhecimento, moral, psicologia, física e metafísica.

i. Conhecimento. No que diz respeito ao conhecimento, o papel do inconscientemente percebido é fundamental, pois são as idéias inatas (em si mesmas), a princípio percebidas inconscientemente pelos espíritos, que possibilitam a existência dos conhecimentos demonstrativos (matemática, moral, etc), e das ciências mistas, como é o caso da física.

ii. Moral. Em relação à moral, vimos que o inconscientemente percebido cumpre três papéis importantes:

- são os princípios morais inatos, inapercebidos, que possibilitam a existência dos sentimentos morais, das normas, das leis, e, também, da ciência moral: “Filaeto - Assim, nós nos encontramos em trevas tão espessas e em uma incerteza tão grande, como se não existissem semelhantes luzes<sup>66</sup>. // Teófilo - Deus não o permita; **não teríamos nem ciência, nem leis, nem mesmo a razão** (NE, I.ii.§20, p.78).

- são os princípios morais inatos, residindo inconscientemente na alma como instintos, que impulsionam a alma a agir **espontaneamente** em função do Bem. E não poderia ser de outra forma, visto que a vontade não pode iniciar qualquer ação por conta própria, pois não pode querer querer.

- e, são as deliberações passadas, retidas na memória de maneira inconsciente, que possibilitam os atos voluntários e a liberdade da alma, dado que a vontade não pode querer querer, iniciar qualquer ação voluntária por si mesma e influenciar **diretamente** a alma. Entretanto, ela pode exercer uma ação **indireta**, por meio de

---

<sup>65</sup> Quer dizer: sem pensar conscientemente nele.

suas deliberações passadas, de modo a fazer com que a alma queira agora o que antes queria.

As deliberações passadas, também, permitem que Leibniz estabeleça a ligação entre as teses do determinismo e da liberdade, pois é a deliberação passada da alma que **determina** sua ação futura. E como foi a alma mesma quem deliberou, e determinou sua ação, ela é livre.

iii. Psicologia. Na identidade pessoal, a alma se reconhece como a mesma em todas as modificações de pensamento pelas quais passa. Todavia, como dissemos acima, a consciência não pode fundamentar essa mesmidade, pois ela não pode fazer com que a alma reconheça como o mesmo aquilo que já traz consigo de maneira consciente. Desta forma, é necessário que exista algo inconscientemente percebido para ser reconhecido desta forma. Algo que traga de maneira *per se*, essa característica de ser **o mesmo**.

De acordo com Leibniz, isto que é sempre o mesmo na alma é o Eu, que se apresenta como um tipo de objeto inato do entendimento puro, e aparece para a alma por meio da consciência. Ou seja, a consciência não fundamenta a mesmidade, mas permite que ela se torne aparente para a alma quando o Eu aparece (*aparência do Eu*), nas duas primeiras verdades de fato: *Eu penso*, e *diversas coisas são pensadas por mim*. Leibniz afirma: “as apercepções (...) fazem aparecer a identidade real” (NE, II.xxvii.§14, p.186), i.e., fazem aparecer o Eu.

iv. Física. Na física, vimos que o inconscientemente percebido em uma idéia clara e confusa é utilizado por Leibniz para provar a tese da composição, ou divisibilidade ao infinito da matéria e, a partir disso, provar as teses do *continuum*, do *plenum*, da correspondência e da individualidade dos corpos.

vi. Metafísica. Por fim, no que diz respeito à metafísica, vimos que o inconscientemente percebido pode ser utilizado para provar, de maneira *a posteriori*, a existência do princípio da harmonia preestabelecida entre alma e corpo. Quer dizer, a partir dos efeitos produzidos por elementos inapercebidos, podemos provar que existe uma correspondência entre aquilo que acontece na alma e aquilo que acontece no corpo. E, a partir dessa correspondência, provar as teses da identidade da alma e

---

<sup>66</sup> Idéias e princípios inatos.

da harmonia preestabelecida entre todas as almas, com o auxílio das teses relativas à física (dinâmica).

6. Considerados esses cinco itens apresentados acima, concluímos todos os objetivos estabelecidos no início desta Dissertação, a saber:

- ganhar uma compreensão *in abstracto* do conceito de percepção inconsciente, de modo a divisar: i. a que ele se refere; ii. qual a natureza dessa referência; e, conseqüentemente, iii. sua definição;
- apresentar e analisar as provas que Leibniz utiliza para desmonstrar a existência das percepções inconscientes;
- analisar qual o papel que as percepções inconscientes desempenham no desenvolvimento de sua filosofia, no que diz respeito aos temas: do conhecimento, da moral, da psicologia, da física e da metafísica.

7. Considerações finais:

Longe de ser apenas um entrave para a consciência, no que diz respeito ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do gênero humano, as percepções inconscientes participam decisivamente de todas as operações aperceptivas, tornando possível a lembrança, o exame da consciência (na constituição de todos os conhecimentos), a liberdade humana e as duas primeiras verdades de fato.

E se é correta a assertiva de que o inconsciente é o entrave contra o qual a apercepção deve se levantar, lutar e vencer, é importante entendermos como Leibniz divisa o desenvolvimento desta contenda, pois não é por uma desconsideração do inconscientemente percebido que vence a apercepção, mas, se utilizando dele. Por isso, no estandarte erguido pela consciência, no momento da batalha, se lê: “Do fato de nós não nos apercebermos de algo, não se segue que este algo não exista”.

Tudo isso são coisas que nossa ignorância e nossa pouca atenção ao que é insensível faz passar, mas que não podemos tornar toleráveis, ao menos que as limitemos a meras abstrações do espírito (...). Do contrário, isto é, se acreditássemos realmente que as coisas das quais não nos apercebemos não estão na alma ou no corpo, faltaríamos contra a filosofia (...), ao passo que uma abstração não é um erro, **desde que se tenha consciência de que aquilo que se esconde não deixa de existir por isso** (NE, Pref., pp.43-4).

São as armas da consciência nesta batalha, o papel e a pena, que servem de guia à *meditação* e apoio para a memória: “A escritura e a meditação irão juntas ou, para falar com maior exatidão, a escritura servirá de fio à meditação” (GP, VII, *Carta a*

*Oldenburg*, pp.13-4).

Isso faz também com que, sem a escrita, seja difícil estabelecer bem as ciências, uma vez que a memória não é suficientemente segura. Ao contrário, tendo posto por escrito uma longa demonstração, quais são, por exemplo, as de Apolônio, e tendo percorrido todas as suas partes, como se examinasse uma cadeia, anel por anel, as pessoas podem certificar-se de seus raciocínios: a isto servem ainda as provas e o sucesso final justifica tudo (NE, IV.i.§8, p.283).

E a estratégia traçada para a batalha, o *plano* de nossa *meditação*, segue a *forma lógica* dos silogismos, e o sábio ensinamento dos antigos geômetras, que nos instrui a prosseguir mesmo que algo não tenha sido suficientemente demonstrado:

Se fosse necessário reduzir tudo aos conhecimentos intuitivos, as demonstrações seriam de uma prolixidade insuportável. Eis por que os matemáticos tiveram a habilidade de dividir as dificuldades, e de demonstrar à parte proposições intervenientes. E ainda existe arte nisso; pois, como as verdades intermediárias (que se denominam *lemas*) podem ser designadas de diversos modos, é bom, para auxiliar a compreensão e a memória, escolher as que abreviam muito e que parecem memoráveis e dignas por si mesmas de serem demonstradas. Existe, porém, um outro obstáculo, isto é, que não é fácil demonstrar todos os axiomas, e reduzir inteiramente as demonstrações aos conhecimentos intuitivos. E, se tivéssemos querido esperar por isto, talvez não tivéssemos ainda a ciência da geometria (NE, IV.ii.§8, p.291).

Sem essas armas e estratégia, afirma Leibniz, seria como conduzir uma barcaça em oceano revolto num dia de céu sem estrelas:

é bom para de tempos em tempos, e fazer, por assim dizer, colunas militares ao meio do caminho, que servirão também aos outros, para marcá-lo. Sem isso, estes longos caminhos serão demasiado incômodos, e parecerão até confusos e obscuros, sem que possamos discernir neles nada, a não ser o lugar em que estamos. É o mesmo em que ir ao mar sem agulha numa noite escura, sem ver o fundo, a margem, nem estrelas; é o mesmo que andar em vastas planícies, onde não existem nem árvores, nem colinas, nem riachos (NE, IV.vii.§19, p.334).

Cabe à consciência vencer essa batalha, desvelando a golpes de pena a hercúlea figura das verdades eternas, inscritas por Deus em nossos corações. Mas, principalmente, cabe à vontade, do alto da colina, mandar um informante vigoroso, para que venha a ter com a consciência e lhe diga: “Dic cur hic? Respice finem!”<sup>67</sup>.

<sup>67</sup> Trad. “Onde nós estamos? Olhemos para a meta”. Cf. NE: II.xxi.§47, p.154; II.xix.§1, p.127, n.93.